

EDUCAÇÃO E DEMOCRACIA: UM PARALELO ENTRE A CONCEPÇÃO DE SCHUMPETER, MICHELS E GRAMSCI

Eixo: Marxismo, educação e luta de classes: desafios históricos e urgências contemporâneo

Roberta Ravaglio Gagno¹

RESUMO

Uma sociedade é considerada democrática pela construção e pela prática da participação política, pela vivência dos direitos por todos os membros dessa sociedade e, principalmente, pela transparência das relações políticas e participação ampliada e crítica no processo decisório. Este artigo pretende abordar conceitos como a formação para a democracia e os processos de participação da população com vistas a essa participação levando em conta as concepções de Schumpeter, Michels e Gramsci. A partir desses autores, podemos abordar ao menos duas práticas de democracia: a democracia liberal, que concentra a política no exercício do governo e a gestão nas mãos dos eleitos pelo voto periódico; e a democracia socialista, que se constrói pela participação efetiva de todos no exercício do poder, o que supõe um conceito mais amplo de gestão.

Palavras-chave: democracia, escola, participação política

Introdução

No contexto da escola, a promoção de uma gestão educacional democrática também está associada ao fortalecimento da democratização e ao compartilhamento de responsabilidades nas tomadas de decisão entre os diversos níveis e segmentos do sistema educacional.

A prática política cria condições e requisitos necessários à democracia e é de extrema importância na construção de uma escola que atenda às atuais exigências da vida social: formar cidadãos capazes de atuar criticamente na sociedade. Nesse sentido, a busca de enfoques que privilegiem a discussão da participação política e da gestão da educação centrada na perspectiva democrática torna-se imperativa.

Cabe esclarecer que o termo “democracia” apresenta vários significados. Toma-se aqui o significado adotado por Gramsci, que se utiliza de um conceito de democracia operária, o qual é diferente do conceito de democracia burguesa. Esta última tem como ideário o liberalismo, partindo de um modelo utópico, que se funda na aparência de igualdade sem questionar a realidade social desigual, produzida pelo modo de produção capitalista. Nesse modelo existe a crença de que se participa de forma igual aos demais modelos, principalmente

¹ Vinculado ao UNESPAR-FAFIPAR/UTP

no acesso ao sufrágio universal, priorizando a quantidade e o exercício formal do voto; essa concepção separa a esfera política da econômica e defende um Estado sem intervenção na economia. A democracia operária, segundo a visão gramsciana, deve operar com vistas ao aspecto qualitativo, destacando os limites da participação das classes menos favorecidas no interior dessa estrutura de sociedade capitalista e construindo as bases de novas relações sociais e políticas. (GRAMSCI, 2004a)

A partir dessa noção de democracia, pode-se refletir a respeito da noção da gestão na escola básica, que não pode restringir-se aos limites de atuação do próprio Estado, por meio de políticas públicas — promovendo a participação coletiva apenas dos que atuam em seu interior; ela envolve principalmente a comunidade, de modo que se possa produzir, por parte da população, uma possibilidade real de controle democrático do Estado no provimento de educação escolar em quantidade e qualidade compatíveis com as obrigações do poder público e de acordo com os interesses da sociedade. Essa experiência é difícil de se construir na escola atual, inserida nos limites de uma sociedade capitalista.

Tal processo requer uma participação consciente e esclarecida – não alienada e despolitizada – que propicie o desenvolvimento de princípios fundamentais para garantir a transformação do ensino no país. Urge construir uma escola que promova o exercício cotidiano da participação política e que vise à vivência da liberdade e ao pluralismo de ideias. Esse é um ideal que é preciso alimentar para a renovação interna das práticas educativas e para o incentivo da mudança social.

Participação e Democracia

A formação política e cultural fortalece as classes populares e as faz compreender os mecanismos utilizados pelas classes dominantes. Formam-se indivíduos ativos, críticos, que podem, de alguma forma, fazer frente a esses mecanismos; de acordo com a visão gramsciana, para participar espontaneamente na vida coletiva, o homem precisa de um processo rigoroso de formação e disciplina, para ser incorporada à sua personalidade. A educação apresenta uma dimensão política que deve permitir uma promoção do indivíduo por meio de uma reforma cultural, sem, no entanto, deixar os problemas concretos de lado. Nesse sentido, na leitura de Saviani (1996), a cultura é um instrumento indispensável para a participação política das massas.

Essas ações estão intimamente vinculadas a uma reforma intelectual e moral que, por meio da filosofia da práxis, dá um novo tratamento à aprendizagem, entendendo o

conhecimento historicamente produzido como vinculado, de maneira inseparável, à prática política, à formação e à luta cultural.

A consciência política, formada no partido ou na escola, seria a condição para transformar governados em potenciais dirigentes. Nesse sentido, a democracia apresenta-se como um processo não apenas político, mas também cultural, econômico e social.

Exige-se da escola, nesse contexto, uma profunda renovação de métodos e conteúdos, no sentido de torná-la extensão da vida social; trata-se de lutar por uma escola que responda aos mínimos objetivos sociais renovadores e que discuta problemas concretos, mantendo uma relação viva com a vida social e política e proponha novas formas de articular o aprender, o viver e o trabalhar.

Schumpeter

Joseph Schumpeter foi um pioneiro da moderna teoria liberal da democracia. Reflete teoricamente sobre ela como um método e um procedimento de governo para atingir determinadas ações políticas e não apenas como um conjunto de ideais. Para ele, a democracia não pode ser compreendida como um fim em si mesma (SCHUMPETER, 1961); é tida, antes, como um procedimento e uma luta competitiva pelo voto do eleitor.

Nessas condições teóricas, SCHUMPETER (1961) desenvolve conceitos importantes para sua teoria como lideranças competitivas, procedimentos, vontade individual, conjunto de líderes que vão exercer o poder. Esse autor parte das premissas do socialismo, mesmo sem ser socialista, e do capitalismo, realizando uma comparação entre elas e demonstrando seus limites e possibilidades. Destaca o conceito de doutrina básica da democracia, utilizando-se dos pensamentos de Stuart Mill, Bentham e Rousseau:

[...] em virtude da importância que atribuiu ao indivíduo racional e hedonista e ao seu livre arbítrio, a filosofia em causa parece estar em condições de ensinar os únicos métodos políticos corretos de dirigir o Estado e concretizar seus objetivos – a maior felicidade para o maior número, e assim por diante. Finalmente, forneceu o que parece uma base racional para a crença da *vontade do povo (volonté générale)* e para o conselho que resume tudo o que a democracia significa... educa o povo e deixa-o votar livremente. (SCHUMPETER, 1961, 303)

A esse respeito, SCHUMPETER (1961) conceitua a democracia clássica como uma busca pelo bem comum e pela vontade geral, duas bases, segundo ele, que se materializam e não correspondem à realidade. Na visão dele, o bem comum vem de encontro às vontades

gerais, pois é diferente para cada indivíduo. Dessa forma, estes indivíduos, para ele, não conseguem construir vontades coletivas, ou seja, não sabem o que seja melhor para eles na questão pública. E isso provém da falta de vontade, da desinformação e da manipulação dessas camadas por propagandas políticas.

Para o citado autor, o que existe, na realidade, não é o cidadão autônomo, e sim o cidadão típico da sociedade de massa, um indivíduo incapaz, de forma livre e articulada, de expor suas vontades e produzir argumentos racionais. Um indivíduo que é claramente influenciado pela teoria psicológica das multidões e que emprega pouca energia intelectual nesses momentos, pois a vontade popular é algo manufaturado e artificial; é o resultado do processo político e não a causa. São eleitores incapacitados de aprender com seus erros. Para ele, essas massas têm um comportamento pior que os indivíduos, pois agem irracionalmente e por impulsos.

Acredita-se, então, que a democracia e o liberalismo se dão na figura dos líderes e na disputa pacífica por eles travada. Seria uma elite não fechada que daria possibilidade, embora não legítima, da entrada das massas, pois a democracia é tida como o governo dos políticos. Essa liderança é conceituada como o conjunto de indivíduos que disputam poder entre si e com o eleitorado, por meio de um método eleitoral reconhecido por todos, o sufrágio (SCHUMPETER, 1961), ou seja, por votos livres da população.

Para explicar tal situação, Schumpeter faz uma analogia com o homem de negócios, “O que os homens de negócios não entendem é que, da mesma maneira que êles negociam em petróleo, eu negocio em votos.” (SCHUMPETER, 1961, p. 347). A eleição, portanto, acaba se tornando a democracia em si, pois, quanto menos o eleitor participa, melhor é essa democracia, pois demonstra ter aprovação entre eles. A camada da população que é despreparada, no campo das ações políticas, aceita o surgimento dessa elite, de especialistas que seriam um espaço de racionalidade. Dessa forma, há necessidade urgente de uma burocracia organizada.

De acordo com o pensamento de SCHUMPETER (1961), existem algumas condições que facilitariam o sucesso da democracia. São elas: a alta qualidade do “material humano da política”; nesse sentido, o autor acredita que o método democrático seleciona “elementos da população que estão dispostos a encetar uma carreira política” (SCHUMPETER, 1961, p. 352). Outra condição é a restrição para a tomada de decisões políticas, com um tratamento racional do problema. A terceira condição é a obtenção, por parte de um governo democrático de uma burocracia especializada; no entanto, não basta que esta seja eficiente, é preciso que tenha “competências para dar conselhos... deve ser um poder por direito próprio” (SCHUMPETER, 1961, 356). A quarta condição sugerida é o autocontrole democrático; isso só é possível a partir do momento em que “... tanto o eleitorado como o parlamento devem possuir um nível moral e

intelectual bastante elevado para resistir às ofertas de loucos e ladrões...” (SCHUMPETER, 1961, 357). Para ele, os eleitores e o parlamento devem deixar que o governo tome as suas decisões, sem atrapalhar; caso contrário, “nenhuma política será possível” (Ibidem, 357), ou seja, é preciso aceitar a liderança. A última condição seria a necessidade da tolerância, embora não absoluta, com as diferenças de opiniões.

Michels

Robert MICHELS (1982) elaborou uma pesquisa sobre a instituição fundamental da democracia – o partido político. Para ele, a sociedade é dividida em duas classes: os que governam e os que não governam. De acordo com seu pensamento, na sociedade de massas há necessidade de uma minoria organizada. A parcela da classe que governa, ou seja, a classe política é a minoria organizada e mais eficaz, na qual a “organização política conduz ao poder” (MICHELS, 1982, p. 219). Essa organização para o funcionário é um fim, pois vive do salário oriundo do partido político, tendo os interesses e estratégias definidos conforme o modo como essa classe se relaciona com o Estado.

A organização deixa assim, de ser um meio, para tornar-se um fim. Às instituições e às qualidades que no início eram destinadas simplesmente a assegurar o funcionamento da máquina do partido – subordinação, cooperação harmoniosa dos membros individuais, relações hierárquicas, discricção, correção – acaba-se atribuindo mais importância que ao grau de rendimento da máquina. (MICHELS, 1982, p. 223)

Conforme destacado por MICHELS (1982), esse tipo de comportamento desemboca no abandono de ideais em primeiro lugar, porque os líderes atingiram uma posição de destaque na sociedade e, em segundo, porque a revolução poderia levar o partido à extinção e, conseqüentemente, à perda dos salários. Nesse sentido, ressalta que “o poder é sempre conservador.” (Idem, 1982, p.219)

Este tipo de relação foi nomeado por ele de “lei de bronze da oligarquia” (Idem, 1982, p.225), onde toda organização leva à formação de uma minoria dirigente. De acordo com o pensamento deste teórico, esta lei é uma necessidade histórica, que decorre de uma observação empírica, e cujas causas determinantes precisam essencialmente ser investigadas. Onde (1982, p. 237), “a existência de chefes é um fenômeno inerente a todas as formas da vida social”, ou seja, eles são “tecnicamente indispensáveis”, e essa é a maior causa dos fenômenos oligárquicos.

De acordo com Michels, a existência de um político profissional é o fruto da racionalização e especialização do trabalho político em uma democracia de massas, no processo de profissionalização da política. Há muitas diferenças entre representantes e representados, destacando-se a incapacidade da formação de um governo a partir das massas. Essa incapacidade de as massas se organizarem se deve ao fato de não saberem decidir, de serem influenciáveis e de não se preocuparem com o resultado de seus atos; são “imóveis e passivas” (MICHELS, 1982, p. 287). Dessa forma, embora não tome nenhuma decisão com relação ao futuro político, o povo pensa que decide por meio do sufrágio. Neste caso, “a massa nunca será soberana a não ser de uma forma abstrata.” (Ib., p. 239). Esse autor destaca, ainda, que a massa é imatura quanto à sua natureza e não em caráter transitório, é “afligida por uma incompetência incurável... é em si amorfa e precisa de divisão do trabalho, de especialização e de direção.” (MICHELS, 1982, 240).

No processo de representação política, a classe governante, sendo a parte menor, é mais hábil para agir, o que também a diferencia das massas, tornando essa representação um privilégio e não um meio. A democracia nesses termos é, portanto, utilizada como uma forma de submeter as massas às elites e se torna uma máquina de obtenção de votos, em função do sufrágio universal.

Esse teórico ainda discorre sobre a necessidade de uma pedagogia social que garanta a elevação dos níveis das massas, de forma a colocá-las em condições de se oporem às tendências oligárquicas ameaçadoras. (MICHELS, 1982, 242).

Democracia Operária

Para Gramsci, a organização de uma nova ordem social e política implica tanto a luta por mudanças estruturais quanto a formação de uma nova concepção de mundo, ou seja, para as classes trabalhadoras, a luta política é também a luta pela elaboração de uma nova cultura. Parte-se da estrutura do modo de produção capitalista e da luta de classes característica do período de reflexão do autor, no início do século XX.

Uma mudança nos processos democráticos e na participação política para consolidação de uma democracia efetiva é necessária. Isso ocorre com a ampliação a participação do cidadão na esfera política, a fim de internalizar valores e normas, a cultura política na qual se convive. Indo mais adiante, pode-se, assim, levar à compreensão histórica desses processos e às contradições nas quais estão inseridos. Uma das formas de auxiliar essa promoção é por meio de uma educação política que forme cidadãos ativos e livres; isso pode ser realizado pelas várias

instâncias sociais em que esse indivíduo convive, de acordo com GRAMSCI (2004a), escola, partidos políticos, associações de bairro etc. A participação nessas instâncias proporciona um maior conhecimento a respeito das políticas e suas interfaces; conseqüentemente, um envolvimento e interesse maior por parte da população envolvida nos assuntos referentes às relações políticas e suas discussões.

As escolas são locais de formação que reproduzem a realidade social, cultural e econômica de uma determinada sociedade; ao mesmo tempo, podem proporcionar uma formação crítica, principalmente a partir da atuação dos seus educadores, que discutem o significado da educação no contexto real concreto, subsidiando uma sólida formação política e histórica aos estudantes. Essa educação pressupõe uma ação contínua e crítica, que parte de uma práxis coerente com o discurso adotado, de modo que a ação educativa se torna uma ação transformadora. É necessário, portanto, discutir o significado dessa educação para a realidade da vida de cada um dos indivíduos que compõem uma sociedade, pois a escola não é um ambiente neutro de significados, mas deve ser compreendida na totalidade dos fatos diante da formação de dirigentes.

Para a compreensão desses aspectos, constata-se que, a partir de Gramsci, a formação dos dirigentes e o próprio trabalho de gestão se inserem num conjunto amplo de relações de hegemonia no contexto da sociedade civil e da sociedade política. Hegemonia pode ser entendida como a formação e manutenção de formas de dominação e de direção política e cultural da sociedade, ou seja, de convencimento de um determinado conjunto da sociedade. A classe que mantém a hegemonia depende do empenho político e cultural de seus dirigentes para a formação de uma consciência crítica e a compreensão das relações de poder que estão inseridas no processo.

Gramsci contribui com essa reflexão quando apresenta, em sua concepção, uma ampliação do conceito de Estado, formado da sociedade civil e da sociedade política numa relação dialética.

No conceito gramsciano, o Estado é concebido como um emaranhado político e ideológico, objetivando adequar as massas às necessidades do mercado, das relações de produção com o sentido de mostrar que, em todas as sociedades, essas instâncias agem entre si, mas principalmente na concepção do direito e do conformismo. Assim, sociedade civil e sociedade política se articulam e se imbricam no Estado. Quando são vistas como separadas, há possibilidade de ocultar a dominação burguesa e realizar a alternância dos grupos no poder, absorvendo a sociedade de uma forma geral e construindo uma unidade cultural, econômica e social; assim, o Estado se transforma no que GRAMSCI (1968, p. 147) designa de Estado

educador, pois cria um novo tipo de civilização e conforma o indivíduo pela formação do consenso, onde a

Missão educativa e formativa do Estado, [...] é sempre criar novos e mais elevados tipos de civilização, adequar a “civilização” e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção, portanto elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. (Ibidem, p. 91)

Esse Estado é composto de uma sociedade política que precisa da coerção para a manutenção da ordem, de uma função de dominação sobre as classes subordinadas, o que é realizado com o domínio direto por meio do judiciário e das forças militares, pela administração burocrática dos funcionários públicos e da política, ou seja, o executivo, o legislativo e o judiciário. Outra parcela que compõe o Estado, segundo Gramsci, é a sociedade civil: são os organismos privados, onde as classes antagônicas lutam para exercer e disseminar a hegemonia sobre a sociedade e, conseqüentemente, o domínio da ideologia. Nela se encontra a escola, professores, sindicalistas, jornalistas e igreja (Gramsci, 2004a), que interpretam normas conforme a concepção de mundo que vivenciam e em que acreditam.

O Estado geralmente utiliza o poder de forma coercitiva, combinada com o consenso passivo das classes subalternas, em prol de uma busca incessante de consolidação de domínio. O consenso passivo é formado principalmente pelos meios de comunicação; isso leva os grupos dominantes a buscarem o controle desses meios, de forma a manter a ordem social vigente. De acordo com SCHELESENER (2007, p.3,)

A base do sistema representativo moderno está na formação de opinião pública no seio da sociedade civil enquanto espaço de enfrentamento político; na sociedade capitalista o poder econômico pode determinar o processo de decisão agindo no âmbito da formação de opinião, [...] A desigualdade econômica torna a luta política desigual que debilita a participação das classes trabalhadoras no processo democrático burguês.

As classes subalternas podem se organizar por meio de uma sociedade civil organizada, livre e com consciência política desenvolvida, o que impede que apenas alguns poucos líderes o façam. Tal atitude cria a possibilidade de questionamento das relações capitalistas fundadas no mercado e no poder consolidado nas mãos de uma pequena parcela da população dominante. A partir desses pressupostos, pode-se elaborar uma nova concepção de mundo e uma nova prática política a serem repensadas e reconstruídas cotidianamente pela coletividade. A

hegemonia, para as classes trabalhadoras, tem, como base, criar processos para a direção e a participação política da população de forma consciente e efetiva.

É necessário, nesse sentido, questionar se há formas de preparar melhor esses dirigentes, ou se seria possível eliminar a divisão entre dirigentes e dirigidos, já que tal divisão é um fato histórico e faz parte da divisão de classes. (Ibidem, p. 18, 19, 20)

A partir desta nova visão de mundo, de experiências colaborativas, o trabalhador, adquire condições de educar-se, de perceber as relações, os limites da democracia burguesa e o processo hegemônico, e proporcionando condições de se instaurar uma nova democracia, uma democracia operária que garanta a liberdade de todos e promova uma participação efetiva nas decisões, não apenas aceitando sem questionamentos as decisões dos dirigentes; ou seja, que a classe trabalhadora, deixe de se submeter à hegemonia da classe dominante, percebendo as relações de poder que estão interligadas a estas ações. Essas ideias são resultantes da experiência de Gramsci com os Conselhos de Fábrica, movimento pelo qual buscava a formação política dos trabalhadores das fábricas, relacionando produção, educação e política.

Nesta experiência com os conselhos, havia uma busca conjunta de deliberação frente aos problemas e compreensão das relações e estrutura de trabalho e de sistema. Os conselhos deveriam desencadear o desenvolvimento dos operários, levando-os a obter uma visão de toda a formação cultural, política e, conseqüentemente, a perceber os limites da democracia burguesa e a construir uma democracia operária (GRAMSCI, 2004a). Por meio desse trabalho, o operário adquiriria possibilidades de refletir sobre sua ação, o que o levaria a construir uma nova concepção de mundo.

A democracia é importante na medida em que favorece a expressão política das massas; ela deve necessariamente atingi-las de uma maneira direta, por meio de um movimento político, ou seja, na busca de uma participação consciente, criativa, efetiva e revolucionária. É por meio de tal organização política que os trabalhadores constroem um novo modo de pensar e agir; a união, portanto, o contexto e a realidade passam a ter um novo sentido.

Para GRAMSCI (2004a), todos deveriam participar igualmente das decisões e ter as mesmas chances de concorrer e vencer, isto é, de se tornar dirigentes. Nesse sentido, Gramsci contrapõe-se à visão de Michels, que parte da concepção de que a política é feita apenas por líderes carismáticos.

Gramsci aborda aspectos específicos da função intelectual. Esta é a do dirigente que exerce funções de dominação ou de direção cultural. Suas ações visam conservar relações de poder, mas podem também exercer a função crítica e transformadora.

Para as classes trabalhadoras, a formação de dirigentes críticos e participantes é essencial na sua luta pela hegemonia; dirigentes que desenvolvam uma nova concepção de mundo, crítica e coerente, de forma a compreender as contradições, criticando-as e superando-as (GRAMSCI, 1978). Nas sociedades modernas, a luta hegemônica implica a conquista da direção cultural. Isso se depreende da escrita de Gramsci:

A distinção estabelecida entre domínio (momento da força) e direção (organização do consenso) é fundamental: o grupo dominante não se torna dirigente senão quando chega, por meio dos seus dirigentes, a exercer a sua hegemonia sobre a sociedade inteira. (Ibidem, p.276)

Essa conquista hegemônica é um processo cultural e gradativo pelo qual uma classe social historicamente ascendente espalha valores de forma a modificar a concepção de mundo vigente, levando outras camadas da sociedade a aceitarem seu projeto político como único existente. Esse processo ocorre por meio dos dirigentes orgânicos e pela formação de um bloco histórico forte, que garanta um progresso intelectual das massas. Portanto, para GRAMSCI (2004a), há a necessidade de que um grupo seja dirigente, antes mesmo de alcançar o poder governamental, ou seja, que comande o bloco histórico vigente.

É fundamental a participação dos dirigentes na compreensão das relações e contradições existentes na sociedade, com vistas a formar, nas classes trabalhadoras, um pensar autônomo e crítico.

Assim, ao revelar os mecanismos por meio dos quais as classes dominantes mantêm as relações de poder, Gramsci buscou criar subsídios para que as classes trabalhadoras questionassem e criassem seus próprios instrumentos de luta. Ele acreditava que primeiramente era necessária a conquista da cultura e da política, para que, mais tarde, após um amadurecimento, essas massas pudessem finalmente se tornar dominantes. Evidencia-se aí a necessidade de instituições para auxiliarem nessa formação.

Conclusão

Na concepção liberal de sociedade, o homem é visto como um indivíduo fragmentado, isolado politicamente das reivindicações de seu grupo social, priorizando a competição, buscando uma igualdade ilusória e valorizando apenas o senso comum. Esses sujeitos tomam as concepções burguesas como as únicas verdadeiras e possíveis, separando teoria e prática e se pautando por uma mercantilização e meritocracia constantes. É por meio dessa crença que a

função da escola, enquanto direito social, é desqualificada, reduzida e dualizada; nela, o cidadão é transformado em consumidor no mercado. (GENTILI, 1997)

É essencial que essa postura qualificadora de princípios de justiça, liberdade e igualdade - que provém da concepção liberal - seja analisada e criticada a partir de seus limites reais. Na realidade italiana, os discursos liberais são voltados para a construção de um poder concentrado, de um Estado que é forte e governa com medidas provisórias e instrumentos de coerção, realidade mistificada pelo discurso. A questão da direção assume novos aspectos na contemporaneidade.

O conceito de democracia operária utilizado por Gramsci é diferenciado da democracia na qual o mundo se insere: a democracia burguesa. Esta última tem como ideário o liberalismo, partindo de um modelo utópico, com a aparência de uma realidade social desigual, produzida pelo modo de produção capitalista. Nesse modelo há a crença da participação igualitária, principalmente com relação ao sufrágio universal, priorizando a quantidade, sedimentando o senso comum² e separando a esfera política da econômica. A democracia operária, segundo a visão gramsciana, deve operar com vistas ao aspecto qualitativo, destacando os limites da participação das classes menos favorecidas no interior dessa estrutura de sociedade capitalista.

Nesse processo se formam os valores, as concepções de mundo que mediatizam a vida da sociedade. Por meio da relação social promovida com a educação, que modifica o ambiente cultural e acentua o caráter político dessa ação, evidencia-se uma teoria a partir de uma participação política efetiva. Promove-se um pensar autônomo, elaborado a partir da prática cotidiana, uma nova visão de mundo, que é essencial para a compreensão da existência da realidade.

Para tanto, torna-se necessário o conhecimento do processo histórico-social pela classe subalterna com vistas a não só romper o senso comum e a fragmentação, mas também a estender a compreensão das relações em um nível filosófico.

O projeto revolucionário de Gramsci apresenta um conteúdo econômico, político, ideológico e cultural que deve ser abordado a partir da luta de classes, contexto no qual os dirigentes têm um papel que é imprescindível: o de organização e orientação das massas, além de desvelar as relações de contradições existentes na sociedade para esclarecimento de uma concepção de mundo histórico-política e para manutenção ou superação de sua condição de classe dominada.

² Para Gramsci (2004b, v.1, p. 77), o senso comum, “prega habitualmente que é melhor um ovo hoje do que uma galinha amanhã. E o senso comum é um terrível navio negreiro dos espíritos.”

Há a necessidade de uma contínua e permanente elaboração e experimentação da cultura, fundada em uma concepção histórica, por meio de uma organização que envolva os interesses coletivos das massas, que se pautem pela compreensão histórica e individual do ambiente em que essas massas estão inseridas. Tal tarefa é realizada pelos dirigentes, na atividade de pensar, refletir, criticar e agir.

Acredita-se que, nesse processo, os dirigentes têm uma importante função, pois ocupam espaços de decisão e de formação política desses indivíduos na sociedade. A hegemonia, de acordo com Gramsci, só poderia ser construída no interior do partido com o estabelecimento de práticas de formação ideológicas de trabalhadores com propósitos firmes e bem instruídos, de formação de novos dirigentes.

Com as observações feitas, Gramsci manifesta que a sociedade carece de revoluções para modificar a sua condição histórica, educando para a vida política todos sem distinções. Essa educação propicia ao proletariado acesso ao conhecimento necessário para a revolução defendida por Gramsci. A educação de indivíduos conscientes e ativos ocorre ao longo da vida, é centrada no ambiente social e na sua ação formadora, que também acontece na escola, mas com o devido cuidado onde a figura do homem não pode ser reduzida à figura do aluno.

Têm-se outras possibilidades de experiência democrática quando o processo educativo é adquirido a partir de um conhecimento que liberta os indivíduos e desenvolve a consciência social, enquanto conquista coletiva e teórica. A prática da liberdade se produz na consciência crítica, na compreensão histórica que permite atuar e decidir. É por meio da escola, ao incorporar e desvelar o cotidiano, dentro de uma compreensão de totalidade, que o aluno agrega condições de tornar-se ativo frente ao domínio, e ao superar o individualismo, consegue lutar com vistas a sair desta relação de dominação e de desenvolver uma consciência pautada no real.

Esta formação enquanto um processo histórico e social se funda em sua relação com o ambiente e no conjunto de relações sociais, por meio de instituições, de organismos sociais e na mediação do trabalho.

As classes dominadas precisam criar mecanismos para romper com as formas de dominação vigentes e, no contexto do capitalismo avançado, precisam construir o seu próprio modo de expressão cultural, os seus próprios intelectuais e novas formas de gestão que possibilitem instaurar uma nova correlação de forças.

Há necessidade de organização política das classes subalternas para a formação destes intelectuais com o intuito, conforme Dias (2006), de realizar a elaboração de um pensamento estratégico para a resolução das questões coletivas. Isso só ocorre a partir de uma qualidade política, cognitiva e operativa no processo de aprendizagem, e no processo de desalienação

propiciado aos estudantes em condições reais, de forma a conduzir a um preparo para o exercício da cidadania, na busca de um projeto de emancipação política e no desenvolvimento da autonomia e da identidade. Uma identidade que tem suas bases na coletividade e no social.

As várias compreensões da noção de democracia observadas permitem ampliar a reflexão realizada na escola e do embate teórico aliado à prática junto às contradições presentes criam-se as condições para que as classes menos favorecidas possam lutar por seus interesses. Sendo que a escola deve auxiliar nesse processo ao confrontar essas contradições e refletir sobre essa ação abordando-as de forma didática, fornecendo instrumentos aos seus estudantes promovendo o desvelamento dos aspectos desta realidade de forma crítica, histórica, cultural, científica e filosófica, superando o senso comum. A escola é o local de questionamento destas divisões sociais, históricas, culturais, e ao promover um debate efetivo promove o desenvolvimento da visão crítica e a formação para a participação nas instâncias políticas democráticas, é onde ocorre uma mediação entre a concepção de mundo e a vida e pode-se desenvolver um pensar autônomo.

Ou seja, de acordo com a concepção gramsciana (2004a) é a manifestação de uma prática de organização das classes subalternas questionando as relações capitalistas a que as comunidades estão imersas. É a conquista cultural e gradativa de uma hegemonia baseada em relações democráticas, valorizando a sociedade civil e favorecendo a passagem de dirigidos a dirigentes.

Enfim, existe a necessidade da escola fornecer diversos subsídios de forma a proporcionar a análise das relações e contradições sociais por meio de subsídios conceituais e práticos. E isto só será possível a partir do momento em que o acesso ao conhecimento produzido historicamente leve à superação do senso comum e à compreensão dos processos nos quais estão inseridos.

Referências

DIAS, E.F. *Compreender o real, demonstrar sua inteligibilidade*. IN: SCHLESENER, A. PANSARDI, M. (orgs). *Políticas Públicas e Gestão da Educação*. Coleção Cadernos de Pesquisa, v. 2. Curitiba: UTP, 2006.

GENTILI, P. *Pedagogia da Exclusão – Crítica ao neoliberalismo em educação*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Volumes 1, 2, 3, 4, 5, 6. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. *Escritos Políticos*. V.1 e 2. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. *Maquiavel A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MICHELS, R. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editor Universidade de Brasília, 1982.

SAVIANI, D. *Escola e Democracia: polêmicas do nosso tempo*. 30ª ed. Campinas: Autores Associados, 1996.

SCHLESENER, A. *A Crítica de Gramsci à Teoria das Elites: Pareto, Mosca e Michels e a Democracia Burguesa*. IN: www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicações/gt1/sessao4/Anita_Shlesener.pdf, 2007.

SCHUMPETER, A. J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961.